

Menos de um terço dos advogados trabalha em empresas ou sociedades de advocacia

Muitas vezes visto como o objetivo maior de uma carreira na advocacia, o trabalho em empresas ou sociedades de advogados é restrito a menos de um terço (29%) da categoria. A grande maioria (72%) dos advogados atua como autônomo.

Em complemento, 5% desses profissionais declaram que exercem cargo público e 5% são aposentados. Por fim, 4% estão desempregados.

Os dados são do 1º Estudo Demográfico da Advocacia Brasileira (Perfil ADV), lançado no último dia 26. A soma dos percentuais é superior a 100% porque o questionamento envolvia múltiplas alternativas de resposta.

Mais de um quarto (29%) dos advogados que responderam à pesquisa diz que já teve prerrogativas violadas ou honorários aviltados. Desse total, apenas 24% formalizaram reclamação para a OAB. Entre os que formalizaram, apenas 23% declaram ter recebido apoio da entidade.

Os números vêm à tona em meio a discussões sobre a sustentação oral nas últimas semanas; o **conflito** entre a advocacia e o Supremo Tribunal Federal após um veto a um pedido de sustentação; a **discussão** no Superior Tribunal de Justiça sobre a possibilidade de voto de um ministro que não viu a sustentação; e uma proposta de emenda à Constituição (PEC) **enviada** pela OAB ao Congresso para garantir o direito de fazer sustentações orais nos tribunais brasileiros.

Salários

Pouco mais de um terço dos advogados brasileiros tem rendimento individual mensal de até dois salários mínimos no exercício da advocacia. Ou seja, 34% deles ganham até R\$ 2.824 por mês.

Na faixa entre dois e cinco salários mínimos (de R\$ 2.824 a R\$ 7.060) estão 30% dos advogados. Já aqueles que ganham de cinco a 20 salários mínimos (R\$ 7.060 a R\$ 28.240) representam 15% do total. Os números não levam em conta rendimentos por outras atividades além da advocacia.

Se levada em conta a renda familiar (e não individual) mensal, 14% dos advogados ficam na faixa de até dois salários mínimos e 31%, na faixa de dois a cinco salários mínimos. Isso significa que 45% dos advogados têm renda familiar mensal de até R\$ 7.060.

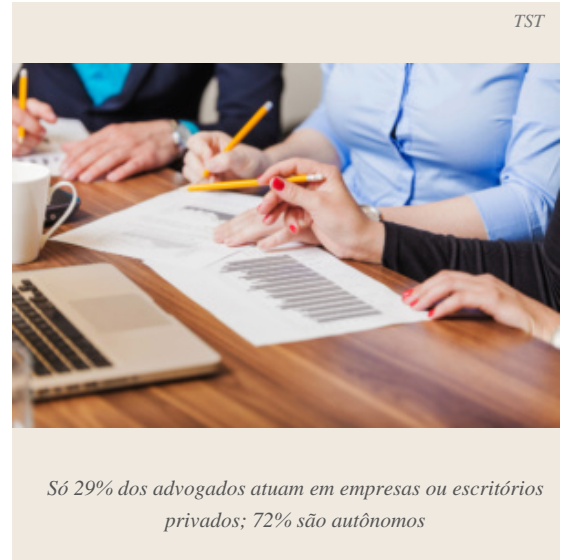
Outros 26% têm renda familiar entre cinco e dez salários mínimos (R\$ 7.060 a R\$ 14.120). A faixa acima de dez salários mínimos fica reservada a 22% dos advogados, dos quais 13% têm renda familiar entre dez e 20 salários mínimos. 9% ganham mais do que R\$ 28.240.

Nesse cenário, 52% dos advogados avaliam que as condições gerais para atuação da advocacia vêm piorando, embora 54% deem notas de sete a dez para seu grau de satisfação com a atividade profissional. A média de satisfação é 6,3.

Raio-X da advocacia

A pesquisa mostrou que as mulheres são maioria na advocacia brasileira. Hoje, elas compõem 50% desse campo profissional, enquanto homens somam 49%. Outras identidades de gênero (pessoas não binárias, transgêneros, travestis e outras) representam cerca de 1%.

Mais da metade dos advogados (55%) tem entre 24 e 44 anos. Outros 24% têm de 45 a 59, e 21% têm 60 anos ou mais. A média de idade da advocacia é de 44 anos.





64% dos advogados se declaram brancos. 33% são negros, distribuídos entre pardos (25%) e pretos (8%). Cerca de 1% são indígenas ou amarelos. Na população brasileira como um todo, a proporção é de 43% brancos, 45% pardos, 10% pretos e 1% amarelos ou indígenas.

A média de tempo de atuação na advocacia é de 13 anos, enquanto a média de tempo de inscrição na OAB é de 12 anos. Nas faixas de renda familiar mais altas, há uma concentração maior de profissionais com maior tempo de inscrição na OAB.

Enquanto 46% dos advogados atuam apenas nas capitais e regiões metropolitanas, 42% atuam somente no interior. 11% atuam em ambos.

O *home office* é uma realidade para 43% dos advogados. Entre os autônomos, esse número sobe para 51%.

O Direito Civil é a principal área de atuação para 26% dos advogados. Em segundo lugar está a área de Família e Sucessões, com 14%, seguido de Trabalhista, com 12%, e Previdenciário, com 11%.

Perfil ADV

A pesquisa foi encomendada pelo Conselho Federal da OAB ao Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da Fundação Getúlio Vargas (FGV Justiça).

O professor Antonio Lavareda, presidente do Conselho Científico do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), foi convidado para a coordenação técnica do projeto.

Além disso, o planejamento, o questionário e a coleta de dados foram acompanhados diretamente por especialistas da OAB, que responde pela coautoria do estudo.

A FGV aplicou questionários on-line de autorresposta, que puderam ser acessados por todos os inscritos da OAB. A amostra da pesquisa é de 20.885 entrevistados, dentre pouco mais de 1,37 milhão de advogados inscritos na entidade.

Clique [aqui](#) para ler o estudo

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-mai-06/menos-de-um-terco-dos-advogados-trabalha-em-empresas-ou-escritorios/>